



DECRETO Nº 3555

de 19 de novembro de 2025

**Institui o Sistema de Gestão Eletrônica de Documentos
(DocVirtus-Corumbá), no âmbito do Poder Executivo do Município
de Corumbá/MS.**

O PREFEITO DE CORUMBÁ, Estado de Mato Grosso do Sul, no uso das atribuições que lhe confere o inciso III do art. 82 da Lei Orgânica do Município e conforme; CONSIDERANDO a necessidade de estabelecer normas e procedimentos que viabilizem maior produtividade, segurança e redução do uso de papel e de custos operacionais para a Administração Pública, bem como de auxiliar o desenvolvimento sustentável;

CONSIDERANDO que a utilização de documentos eletrônicos permite a eliminação de etapas e, ainda, proporciona maior agilidade ao processo de comunicação entre os órgãos e as entidades da Administração Pública Municipal; CONSIDERANDO o Termo de Cessão de Uso nº 01/2025, firmado com a Assembleia Legislativa de Mato Grosso do Sul, publicado no Diário Oficial do Município, Edição nº 3.241, de 21 de Outubro de 2025, que tem por objeto a cessão não exclusiva e gratuita do direito de uso do sistema de virtualização de processos; D E C R E T A:

Art. 1º Fica instituído, no âmbito do Poder Executivo do Município de Corumbá/MS, o Sistema de Gestão Eletrônica de Documentos (DocVirtus-Corumbá), como meio para a elaboração e para a transmissão eletrônica da comunicação produzida pelos órgãos e entidades da Administração Direta e Indireta do Município.

Parágrafo único. Para acessar o DocVirtus-Corumbá o usuário deverá utilizar o endereço eletrônico <https://protocolo.docvirtus.com.br/#/auth/login>.

Art. 2º Para fins deste Decreto considera-se:

I - transmissão eletrônica: toda forma de comunicação de documentos ou de arquivos digitais, com tramitação por meio da rede mundial de computadores;

II - documento eletrônico: expediente produzido sob a forma de arquivo eletrônico, inclusive aquele resultante de processo de digitalização, classificado nas seguintes espécies:

a) ofício: instrumento para comunicação formal com pessoas, entidades privadas e órgãos públicos das esferas federal, estadual e municipal, dirigido a um único destinatário;

b) ofício circular: instrumento dirigido simultaneamente a mais de um destinatário, cujo assunto é do mesmo teor;

c) comunicação interna: instrumento utilizado para comunicação no âmbito de cada órgão e de cada entidade do Poder Executivo Municipal, dirigido a um único destinatário;

d) comunicação interna circular: instrumento dirigido simultaneamente a mais de um destinatário, no âmbito de cada órgão e de cada entidade do Poder Executivo Municipal, cujo assunto é de interesse comum;

III - usuário: servidor público ou prestador de serviço em exercício em órgãos e em entidades da Administração Direta e Indireta do Poder Executivo Municipal, que tenha autorização de acesso ao DocVirtus-Corumbá;

IV - autorização de acesso: registro realizado por intermédio da gerência

de sistemas, que irá validar a identificação digital do usuário, mediante login e senha, para utilização do DocVirtus-Corumbá;

V - assinatura digital: assinatura eletrônica processada mediante certificado digital;

VI - certificado digital: documento eletrônico emitido por autoridade certificadora credenciada, que contém as informações capazes de identificar o usuário no ambiente virtual.

§ 1º *O Ofício e o Ofício Circular serão encaminhados por usuário detentor de assinatura digital.*

§ 2º *A Comunicação Interna e a Comunicação Interna Circular serão encaminhadas mediante assinatura do usuário devidamente identificado em sistema informatizado, por meio de login e senha, a qual servirá como comprovação de autoria e autenticidade do documento.*

Art. 3º *O DocVirtus-Corumbá utilizará a estrutura do Sistema de Gestão de Estrutura Organizacional do Poder Executivo Municipal, e será gerenciado pela Secretaria de Planejamento, Receita e Administração.*

Parágrafo único. *Cabe à Superintendência de Tecnologia da Informação e a Secretaria de Planejamento, Receita e Administração a responsabilidade pelos serviços de suporte técnico, de manutenção preventiva e corretiva do sistema.*

Art. 4º *O DocVirtus-Corumbá terá os seguintes níveis hierárquicos de acesso:*

I - gestor: usuário responsável por visualizar, elaborar, assinar e enviar os documentos eletrônicos produzidos nos órgãos e nas entidades que integram o Poder Executivo Municipal;

II - elaborador: usuário responsável pela elaboração, visualização de documento e pelo seu envio ao gestor, com acesso aos demais documentos eletrônicos do setor;

III - elaborador substituto: usuário designado pelo gestor para ter acesso aos documentos por ele recebidos, para elaborar documentos eletrônicos ou para enviá-los;

IV - elaborador habilitado: usuário habilitado pelo gestor para visualizar e

elaborar, exclusivamente, os documentos a ele encaminhados, sem acesso aos demais documentos eletrônicos do setor.

Art. 5º *A numeração do documento eletrônico produzido será fornecida, automaticamente, pelo Sistema de Gestão Eletrônica de Documentos, após sua assinatura e envio pelo gestor, em ordem sequencial, por exercício, de acordo com a espécie de cada documento.*

Art. 6º *O documento eletrônico produzido e tramitado no DocVirtus-Corumbá, que tiver sua autoria, integridade e autenticidade asseguradas nos termos deste Decreto e da legislação federal aplicável, em especial da Lei Federal nº 12.682/2012 e do Decreto Federal nº 10.278/2020, terá o mesmo valor comprobatório que os documentos arquivados em papel ou em outra forma ou meio legalmente admitido.*

§ 1º *As reproduções em papel, obtidas a partir de documento arquivado em meio eletrônico, terão validade para todos os fins de direito.*

§ 2º *Quando houver a necessidade de expedição de documento eletrônico na forma física, ele deverá conter o código de verificação de autenticidade e, quando for o caso, deverá conter, também, o certificado digital, sendo dispensada a assinatura física.*

Art. 7º *Após a assinatura e o envio, o documento eletrônico não poderá ser alterado ou excluído, sendo a retificação realizada por novo documento.*

Art. 8º *Quando da assinatura ou do envio do documento eletrônico, o sistema irá gerar, automaticamente, o código validador, que será utilizado para verificar a autenticidade do documento.*

Parágrafo único. *A comprovação da autenticidade do documento será realizada na página inicial do DocVirtus-Corumbá, no link "Verificação de Autenticidade".*

Art. 9º *A tramitação da comunicação produzida no âmbito da Administração Direta e Indireta do Poder Executivo Municipal será*

realizada, exclusivamente, por intermédio do DocVirtus-Corumbá.

Parágrafo único. *O presente Decreto constitui a primeira fase da implementação do Sistema DocVirtus-Corumbá no âmbito do Poder Executivo Municipal.*

Art. 10. *A implantação integral de processos administrativos eletrônicos no âmbito da Administração Pública Municipal observará regulamentação própria, a ser editada pelo Poder Executivo.*

Parágrafo único. *Normas complementares a este Decreto poderão ser expedidas pela Secretaria Municipal de Planejamento, Receita e Administração e, caso necessário, pela Procuradoria-Geral e pela Controladoria-Geral do Município em consonância com a legislação aplicável.*

Art. 11. *O tratamento de dados pessoais, no âmbito do Sistema DocVirtus-Corumbá, observará a Lei nº 13.709/2018 (Lei Geral de Proteção de Dados - LGPD).*

§ 1º *O descumprimento do dever de sigilo, pelos usuários do sistema, sujeitará os responsáveis às sanções administrativas, civis e penais previstas em lei.*

§ 2º *O sigilo das informações deverá ser preservado por todos aqueles que delas tiverem acesso, em qualquer nível ou forma, sob pena de responsabilização.*

Art. 12. *Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.*

Registra-se e Publica-se

GABRIEL ALVES DE OLIVEIRA *Prefeito Municipal*

Decreto Nº 3555/2025 - 19 de novembro de 2025

Este texto não substitui o publicado no Diário Oficial em